



Handwritten signature and initials

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL

--- Aos vinte e nove dias do mês de abril de dois mil e dezanove, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Caminha, pelas dezoito horas, reuniu a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Alto Minho, adiante designada de CIM Alto Minho, nos termos e para os fins previstos na respetiva Convocatória. -----

--- Estavam presentes alguns membros do Conselho Intermunicipal da CIM Alto Minho, designadamente, o Sr. Presidente do Conselho, José Maria da Cunha Costa e o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Miguel Alves. -----

--- Presidiu a reunião Eduardo Jorge do Paço Viana, na qualidade de Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, iniciando a sessão com a apresentação de cumprimentos a todos os presentes. -----

--- Foi registada a informação sobre as ausências comunicadas e justificadas, dos membros: Margarida Vasconcelos (PS Ponte da Barca), Vice Presidente da Mesa, e Sérgio Oliveira (PS Ponte da Barca), sendo substituídos por Irene da Silva, que também não se encontra presente, e Paulo Barbosa, respetivamente; e António Nabeiro (PS Melgaço), que não foi substituído. O Presidente da Mesa informou que o Secretário, Abel Lopes, estava um pouco atrasado e que iria substituir a Vice Presidente, convidando um elemento para o lugar de Secretário, aceite pelo membro José Gaspar. -----

--- De seguida o Presidente da Mesa agradeceu ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, por ter recebido a Assembleia Intermunicipal, dando-lhe a palavra. -----

Miguel Alves: Deu as boas vindas e apresentou cumprimentos a todos, realçando o papel da CIM Alto Minho, que se tem mostrado uma comunidade unida, preparada para enfrentar os desafios do distrito e, sobretudo, uma comunidade com muito vontade de crescer, de se desenvolver e de trabalhar bem, para os seus municípios e os seus cidadãos. Agradeceu a todos os presentes e informou da necessidade de se ausentar, pelo facto de ter em Orbacém, às 18,30h, uma reunião de Câmara, descentralizada. -----

--- De seguida, o Presidente da Mesa procede à investidura de Micael da Costa Sousa (PSD Ponte da Barca), por motivo de renúncia de Sandra da Silva Neiva; e chama o membro José Augusto de Brito Pacheco (PS Paredes de Coura), que não é investido, por não estar presente. ---

--- Foram confirmadas as presenças dos membros da Assembleia Intermunicipal, conforme lista



de presenças – 30 presenças, que fica anexa à presente ata (**Doc.1**), e os trabalhos iniciaram-se de acordo com a Ordem de Trabalhos. -----

1 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

1.1- Apreciação e votação da Ata da Reunião Ordinária da Assembleia Intermunicipal realizada em 30 de novembro de 2018. -----

A ata da reunião de 30 de novembro de 2018, previamente distribuída pelos membros, foi aprovada por maioria, com 26 votos a favor, 4 abstenções, justificadas por ausência na referida reunião e 0 votos contra. -----

1.2 - Apreciação de assuntos de interesse da Comunidade Intermunicipal, da iniciativa dos Membros da Assembleia. -----

--- O Presidente da Mesa passa a palavra ao Presidente do Conselho Intermunicipal. -----

José Maria Costa: O Presidente do Conselho agradece e aborda, em linhas gerais, alguns pontos de atuação da CIM Alto Minho, designadamente: -----

O trabalho de preparação e discussão no âmbito da reprogramação do Norte 2020, o trabalho conjunto com o Conselho Regional do Norte, relativamente ao mapa final da distribuição dos financiamentos, para serem aprovados no reforço das verbas de algumas áreas, que são importantes, nomeadamente na educação e na reabilitação urbana, para aqueles municípios que não têm PEDU, e também nas áreas empresariais e na cultura. -----

O importante debate nas matérias que se prendem com a descentralização, de algumas competências dos municípios e da comunidade intermunicipal e no consenso alargado relativamente a dois aspetos que a Comunidade Intermunicipal está a trabalhar muito bem, com bons resultados, a captação de investimento, a promoção do emprego e também a área do turismo, referindo que, noutros setores, esse consenso não foi tão alargado. -----

O trabalho mais técnico que se prende com as questões dos transportes e a nova legislação com os transportes públicos e com as novas concessões, competências acometidas às entidades intermunicipais e aos municípios, através do apoio técnico de uma equipa de consultoria, de forma a preconizar o novo modelo de concessão, em que se procura também potenciar os transportes escolares, com soluções que possam compensar o facto de, nalguns locais, não haver população suficiente que justifique algumas dessas carreiras. Informa que cada município está a aperfeiçoar o modelo existente, para avaliar se irá haver um único concurso ou se serão vários concursos, havendo um debate alargado sobre estas questões. -----

O trabalho de identificação de algumas propostas que procuram complementar o plano de nacional de investimentos, sublinhando o facto de, pela primeira vez, existir um documento a nível nacional que, de certa forma, hierarquiza e prioriza um conjunto de investimentos estruturantes em diversos domínios - no ciclo urbano da água, na mobilidade, na questão das vias, transportes,



71
2
WEB

transportes marítimos, ferrovia - que permita que, independentemente dos ciclos políticos, possa haver uma linha de orientação, documento esse que vai servir de modelo de orientação e de mapeamento para o próximo quadro comunitário de apoio. Refere os vários momentos de debate, internos, regionais, uma primeira comissão de acompanhamento e um debate no conselho regional, sendo que, naturalmente, a proposta precisa de alguns acertos, pois há sempre algumas questões que escapam. -----

Nesse sentido, houve também uma audiência pela comissão parlamentar de economia de obras públicas, no passado dia 23 de abril, onde esteve presente, com todas as comunidades intermunicipais do país e com as áreas metropolitanas, onde a CIM Alto Minho, no seu tempo de 5 minutos, apresentou os seus contributos. Esses mesmos contributos foram enviados aos diversos ministérios da tutela, aos deputados e a todos os deputados eleitos pelo círculo de Viana do Castelo, e informou que vai ser proposto um conjunto de acertos para que, em sede de ajustamento final e em debate na comissão da Assembleia da República, possa também ser intervencionado. -----

--- O Presidente da Mesa agradece e informa que chegaram à Mesa duas moções, uma apresentada pela CDU - "**A Comemoração do 1.º de Maio**"; e uma outra do Grupo Intermunicipal do PS - "**As Conquistas de Abril e a Luta dos Trabalhadores intactas na nossa Memória Coletiva**". Dá a palavra ao membro da CDU, para proceder à leitura da moção. -----

Joaquim Celestino Ribeiro: Apresenta cumprimentos e inicia a leitura da **moção "A Comemoração do 1.º de Maio"**, que fica anexa à presente Ata. (**Doc. 2**) -----

---O Presidente de Mesa agradece e informa que foi entregue pelo PS, uma **Proposta de Recomendação** que diz respeito ao **PNI 2030**, dando a palavra ao membro José Carlos Resende, para proceder à sua leitura. -----

José Carlos Resende: Após a leitura da proposta de recomendação refere que a mesma é subscrita por todos os grupos parlamentares e que existe um pequeno excerto que foi acrescentado no ponto 2.1, que falhava na cópia que foi distribuída, relativo à melhoria da ligação Valença/Melgaço EN 101/202, e também da correção de um erro no ponto 2.2 que dizia Cerdal em vez de Cerval. A Proposta de Recomendação fica anexa à presente Ata. (**Doc. 3**) -----

--- O Presidente de Mesa esclarece que a moção apresentada pelo PS é só do Partido Socialista, não estando subscrita por mais nenhum agrupamento. A proposta de recomendação, é uma proposta, que pode ser transformada ou entendida como uma proposta de recomendação da assembleia intermunicipal. De seguida chama o membro do PS para a leitura da moção "As Conquistas de Abril e a Luta dos Trabalhadores intactas na nossa Memória Coletiva". -----



Óscar Silva: Cumprimenta os presentes e inicia a leitura da **moção “As Conquistas de Abril e a Luta dos Trabalhadores intactas na nossa Memória Coletiva”**, que fica anexa à presente Ata. (Doc. 4) -----

--- O Presidente da Mesa agradece e pergunta se há inscrições para intervenções relativas ao ponto 1.2 da Ordem de Trabalhos – Apreciação de assuntos de interesse da comunidade intermunicipal da iniciativa dos membros da assembleia. Dá a palavra ao membro Jorge Ribeiro. --

Jorge Ribeiro: Apresenta a sua preocupação quanto ao programa de apoio à redução tarifária e manifesta a sua insatisfação com o que aconteceu, relativamente aos valores que foram atribuídos, nomeadamente Lisboa com 73.000.000,00€ e a CIM Alto Minho com 587.000,00€, resultando que cada habitante do Alto Minho terá, por via deste programa e diretamente dos impostos do orçamento de Estado, um valor de 2,4€/habitante, enquanto que em Lisboa será de 26,00€/habitante, portanto um valor significativamente diferente, menos de 10%. Se a abordagem for pela questão da área, tendo em conta as áreas das comunidades, dos territórios, aí teríamos Lisboa com 25.000,00€/km² e o Alto Minho com 264,00€/km². Mais uma vez se está nos 10%. Refere querer acreditar que o estudo traga bons resultados, mas que gostava de ter visto mais alguma pronúncia sobre esta questão. -----

Relativamente à reprogramação do Portugal 2020 ou do Norte 2020, refere a informação do Senhor Presidente do Conselho, na reunião de novembro cuja ata foi hoje aprovada, que haveria um valor simpático, na ordem dos 167.000.000, que poderiam ser alocados às áreas sociais, à saúde e à educação. Pelo facto de na intervenção de hoje não ter ouvido falar da área social, pede ao Presidente do Conselho que o esclareça, se terá sido um lapso ou uma abordagem resumida. -----

Termina informando que subscreve a moção do Partido Socialista, já aceite como sendo desta assembleia intermunicipal. -----

--- O Presidente de Mesa agradece e pergunta se há mais intervenções. Dá a palavra ao membro José Nogueira.

José Nogueira: Apresenta cumprimentos e informa, como é evidente, do voto favorável na moção apresentada pelo PS, sobre as conquistas de abril, referindo o agrado pelo facto da Proposta de Recomendação ser subscrita por toda a gente. -----

Relativamente à moção sobre a Comemoração do 1.º de Maio, que foi apresentada pela CDU, informa da discordância relativamente a um ponto, propondo, caso assim o entendam, que da deliberação “*Mostrar total solidariedade para com todos os trabalhadores em luta, particularmente os que ainda sobrevivem na precariedade no emprego, após mais de um ano de espera pelas decisões das comissões de avaliação bipartida*”, ficasse o texto “*mostrar total solidariedade para com todos os trabalhadores*”, e se retirasse a parte “*em luta particularmente os que ainda*”



Handwritten signature and initials: "21" and "WEG" with a checkmark.

sobrevivem na precariedade do emprego após mais um ano de espera pelas decisões das comissões de avaliação bipartida”, apontando 2 motivos: o facto de haver lutas justas e lutas injustas e não terem conhecimento de todas as lutas que, nesta altura, os trabalhadores estão a travar; e o facto de não terem informação suficiente sobre a questão das comissões de avaliação bipartida. Deixam à ponderação referindo que, se a parte do texto puder ser retirada, votarão com todo o gosto e sempre favoravelmente, porque na própria moção do PS, também está incluído não só o 25 de abril, como o 1.º de Maio. -----

--- O Presidente de Mesa pergunta se a CDU se quer pronunciar. Dá a palavra ao membro Joaquim Celestino Ribeiro. -----

Joaquim Celestino Ribeiro: Agradece a palavra e, de forma perentória, informa que não. Refere também que acha muito estranho que os membros desta assembleia desconheçam que desde 2017 há um programa de regularização dos vínculos com o Estado, o PREVPAP. É um processo que levou muitos municípios do Alto Minho, que integram a CIM do Alto Minho, a fazerem esforços, reconhecendo as situações e, com empenho, resolver o problema das pessoas. Lamenta o facto do Estado não ter ainda regularizado situações de vínculos precários, nomeadamente técnicos superiores no setor da educação, que continuam à espera, porque essas comissões bipartidas, ainda não deram o parecer favorável. -----

Termina a intervenção, lamentando que os membros que aqui estão, em representação das pessoas, o que têm a dizer é que não aprovam uma moção de trabalhadores, porque desconhecem aquilo que vai acontecendo no país. Reitera que não retiram o texto e que estão solidários com os trabalhadores em luta. -----

--- O Presidente de Mesa agradece e passa a palavra ao membro José Carlos Resende. -----

José Carlos Resende: A intervenção é no sentido de esclarecer o membro Joaquim Celestino Ribeiro que, pessoalmente, tem pouco conhecimento deste dossier e que não tem informação suficiente para tecer uma crítica ou um elogio ao que se passa, mas que respeita a informação. --- No entanto, conhece situações de trabalhadores precários e conhece, concretamente, casos específicos de trabalhadores que se rogam como precários, que exigem a entrada para os quadros e cuja legitimidade é muito discutível, nomeadamente porque o seu processo de admissão foi feito de uma forma bastante atribulada. Pessoas que foram admitidas como provisórias, sem concurso ou meramente por indicação imediata, devido a uma necessidade premente ou apresentada como premente por certos serviços, e que neste momento exigem, entre aspas, a sua colocação como funcionários do quadro, passando à frente de todos aqueles que poderiam estar naquele lugar. E como conhece alguns casos destes, concretos, não tendo nenhum conhecimento geral, nem nenhum balanço, admite no entanto que, se calhar, haja sérios



atrasos e aspetos absolutamente injustos nesse processo, sendo que cada caso deve ser sempre apurado, averiguado e esclarecido. -----

--- O Presidente de Mesa dá a palavra a Joaquim Celestino Ribeiro. -----

Joaquim Celestino Ribeiro: Intervém dizendo que respeitam, logicamente, aquelas que são as posições e aquelas que são interpretações que os outros partidos políticos fazem, nomeadamente aqueles que são aqui os seus representantes. Esclarece, relativamente à intervenção anterior, que é para avaliar estas situações que existem as comissões bipartidas, referindo, de novo, os técnicos da área da educação, como exemplo do que é uma luta justa. -----

--- O membro José Nogueira solicita um período de 10 minutos de interrupção, sendo aceite pelo Presidente da Mesa. Decorrido este período o Presidente da Mesa questiona o membro José Nogueira se quer usar da palavra, uma vez que foi o Partido Socialista que pediu o tempo. Dá a palavra a Joaquim Celestino Ribeiro, que pretende prestar um esclarecimento. -----

Joaquim Celestino Ribeiro: Intervém para deixar clara aquela que é a posição da CDU relativamente à Proposta de Recomendação. Refere que a CDU se associa, sempre, a tudo o que sejam vetores estratégicos para o desenvolvimento do Alto Minho, e que nessa perspetiva, subscrevem a Proposta de Recomendação porque, na generalidade, ela contempla todas aquelas que são as medidas que consideram como necessárias e urgentes para o desenvolvimento do território. -----

No entanto, não deixam de alertar para o facto de haver algumas questões particulares com as quais não se identificam, ou que pelo menos têm algumas reservas. Relativamente àquilo que diz respeito à ligação entre Caminha e os seus municípios vizinhos de La Guardia e do Rosal, matéria que no concelho de Caminha é muito sensível, é uma matéria na qual a CDU se tem também envolvido, tendo uma defesa própria sobre a forma como essa ligação se deve fazer. No entanto, esta questão não afasta a intenção de subscrever a Proposta de Recomendação, porque apenas é dito que contribuirá para se estudar a forma de fazer a ligação e não diz, especificamente, como é que essa ligação deve ser feita. Feita esta ressalva e sendo subscritores da Proposta, logicamente, o voto é favorável. -----

--- O Presidente de Mesa dá a palavra a um dos membros, que informa da pretensão de ser apresentada uma declaração de voto, em nome do Partido Socialista. -----

Óscar Silva: Apresenta cumprimentos e reitera que o Partido Socialista é, naturalmente, solidário com todas as lutas justas dos trabalhadores, que nesta matéria aceitam a generalidade dos termos, mas num processo que abrange obviamente dezenas de milhares de trabalhadores, o quadro em que esta comissão está a trabalhar é necessariamente um processo longo e lento, pelo



Handwritten notes: a checkmark, the number '7', and the word 'WEB'.

que, face à indisponibilidade da CDU para promover uma alteração que entendiam necessária, o sentido de voto do Partido Socialista foi de que não merecia a aprovação. -----

--- O Presidente de Mesa agradece, e após a finalização da votação, informa a assembleia dos resultados: -----

- A moção "**A Comemoração do 1.º de Maio**", apresentada pela CDU, foi aprovada por maioria, com 15 votos a favor, uma abstenção e 14 votos contra, tendo sido feita declaração de voto pelo Partido Socialista; -----

- A moção "**As Conquistas de Abril e a Luta dos Trabalhadores intactas na nossa Memória Coletiva**", apresentada pelo grupo intermunicipal do Partido Socialista, foi aprovada por unanimidade; -----

- A **Proposta de Recomendação** que fala acerca do **Programa Nacional de Investimentos PNI 2030**, e que depois desenvolve as alíneas que foram apresentadas pelo José Carlos Resende, foi aprovada por unanimidade. -----

--- De seguida passa a palavra ao Senhor Presidente, para esclarecimentos à intervenção apresentada pelo membro Jorge Ribeiro. -----

José Maria Costa: Agradece e informa que, relativamente às questões que foram levantadas, da questão dos transportes e da distribuição de verbas, houve um critério, um conjunto de rácios, uma avaliação através do número de pessoas que utilizaram os transportes públicos, e a informação que foi dada é que essa forma atribuíra esse montante, sendo evidente que a variação era diferente, se as contas fossem pelo número da população.

É entendimento, tendo sido também um motivo de alguma reflexão, que era de facto um valor baixo, face àquilo que eram as expetativas. Refere que é já um bom princípio, porque esta legislação e este novo processo de apoio para os transportes, tem duas componentes que são importantes: uma é, claramente, a redução dos transportes por parte das populações, de forma a que utilizem os transportes públicos coletivos, a segunda área, também importante, é a promoção dos transportes coletivos e a promoção do transporte em grupo, num esforço muito grande do ponto de vista da redução das emissões de carbono. Assim, este modelo, que foi agora iniciado e que naturalmente precisa de aperfeiçoamento, foi um primeiro passo importante. Concorda que gostariam de ter mais dinheiro e que vão trabalhar nesse sentido, mas também chama a atenção para uma outra dificuldade, que não foi referida, que é não estar garantido que haja atribuição de apoios para a promoção dos transportes públicos para o próximo ano. -----

Relativamente à segunda questão, do Norte 2020, esclarece que não foram identificadas todas as áreas. Houve uma reprogramação nos diversos eixos, na área social, na educação, na cultura, e também no PROVERE. A CIM do Alto Minho está identificada, nesta proposta da autoridade de



gestão, com reforço de verba na ordem dos 11.52%, o que é mais ou menos, mais 1%. Concretamente na área social, existem 3.500.000,00€ FEDER o que significa que, sendo obras financiadas a 85%, o volume global de investimento, ultrapassa os 5.000.000,00€. Portanto, é de facto um reforço importante para o território. -----

--- O Presidente de Mesa agradece ao Senhor Presidente do Conselho a resposta e dá início ao ponto 2 da Ordem do dia, **ponto 2.1 - Aprovação do Regimento da Assembleia Intermunicipal da CIM do Alto Minho.**

Recorda que no início deste mandato foi, de forma generalizada, sugerido e aprovado fazer uma análise ao Regimento existente. Sendo um trabalho intergrupamentos, foi criado um grupo de trabalho, uma comissão de revisão do Regimento, com assento de todos os agrupamentos, tendo havido algumas reuniões de trabalho. Foram efetuadas algumas revisões e o documento foi enviado para todos os membros, com as alterações realizadas colocadas em rodapé. -----
Informa que o documento foi consensualizado na comissão de revisão do Regimento, e abre espaço para intervenções que os membros pretendam efetuar. -----

O membro Joaquim Celestino Ribeiro chama a atenção para um eventual esquecimento da referência a “moções”, na pág.15, artº 37, alínea e). -----

O membro José Carlos Resende, intervém a propósito de interpretações sobre o enquadramento das “moções”. -----

Vários membros participaram na discussão e apreciação deste assunto, tendo-se chegado a um consenso. -----

Assim, o Presidente de Mesa propôs a retificação do artº 37, com a introdução do termo “moção” na alínea e) e na alínea f). -----

Procedeu à votação do ponto 2.1, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. -----

--- De seguida deu início ao **ponto 2.2 – Apreciação da atividade da Comunidade Intermunicipal**, a qual é apresentada pelo senhor presidente do Conselho Intermunicipal, nos termos do ponto 3, artigo 29.º do Regimento, antigo e atual, dando a palavra ao Presidente do Conselho. -----

José Maria Costa: Agradece e refere que na sua apresentação, no âmbito do ponto 1.2, fez já uma abordagem do que foi a atividade da CIM Alto Minho. No entanto manifesta disponibilidade, para qualquer esclarecimento ou questão que os membros pretendam colocar. -----

--- Não havendo inscrições sobre este ponto e não havendo lugar a votação, o Presidente de



Handwritten notes: a checkmark, the number '7.2', and the signature 'WEB'.

Mesa passar **ao ponto 2.3 – Apreciação e votação do Relatório de Gestão e Contas referente ao ano de 2018**, passando, de novo, a palavra ao Presidente do Conselho. -----

José Maria Costa: Agradece e começa por referir a obrigatoriedade da certificação legal das contas; as dificuldades que se verificam sobre o ponto de vista afetação de algumas rubricas no documento contabilístico, pelo facto da CIM gerir muitos programas comunitários; mas também o esforço dos serviços no sentido de todos os procedimentos estarem corretos, tal como se pode verificar no relatório do ROC. Refere também, a grande exigência processual do novo Código de Contratação Pública, num ano em que há uma grande aceleração na execução dos projetos co-financiados. -----

Aborda, de seguida, alguns aspetos do que foi a atividade da CIM Alto Minho, designadamente: --- O ano de 2018, ano de grande crescimento, sob o ponto de vista do investimento, e de execução de projetos das áreas ambiental, cultura e proteção civil e de riscos. A importância destes projetos, alguns inovadores à escala nacional e internacional, como a colaboração internacional a nível dos projetos de “Riscos”; o trabalho de certificação europeia de projetos da área do ambiente; e o trabalho desenvolvido a nível da promoção do sucesso escolar, dando como exemplo o projeto “School 4 All”. -----

O conjunto de intervenções no âmbito do PDCT, em diversos domínios; a organização de inúmeros congressos e seminários; a constituição da empresa de águas e saneamento. -----

As candidaturas existentes, transversais e que envolvem todos os municípios, num valor total de, cerca, de 17.000.000,00 €, nos diversos Programas - Norte 2020; Compete 2020; Mar 2020; INTERREG VA; INTERREG Atlântico; ERASMUS. -----

Deu conta da preocupação na execução do PDCT e a dificuldade nos programas de eficiência energética. Referiu a afetação da despesa, muito ligada aos fundos comunitários, e o esforço no equilíbrio financeiro, para que não hajam dificuldades na sua própria sustentabilidade. -----

Informou do ciclo de debates, em diversas áreas, que se têm vindo e que se irão realizar, em todos os concelhos da CIM Alto Minho, onde participam interlocutores das várias temáticas a tratar, convidando os membros a, sempre que possam, participar e assistir a esses debates, como forma de ficarem a conhecer o trabalho da CIM, mas também pelo acesso a informação, de certa forma privilegiada. -----

--- O Presidente de Mesa agradeceu intervenção e exposição do Senhor Presidente do Conselho e abre o período das intervenções. Dá a palavra a Joaquim Celestino Ribeiro. -----

Joaquim Celestino Ribeiro: Dá nota positiva relativamente à revisão e certificação das contas, referindo que foi com agrado que registaram que não é feita qualquer tipo de ressalva, mas também não deixam de referir que é um documento, claramente feito por contabilistas, para

Handwritten initials and signatures in blue ink, including "WEG" and other illegible marks.



contabilistas e é extremamente complicado, às vezes, para ser analisado, sobretudo a análise política que seria necessária fazer. -----

Sabem que o documento não pode ser apresentado de outra forma, pois há regras que têm que ser cumpridas, mas pedem um esforço para que, mais para o futuro, houvesse um outro documento mais simplificado - haveria um documento A, aquele que é obrigatório, e um documento B, aquele que simplificaria a análise a ser efetuada. Seria mais proveitoso e vantajoso para todos. -----

--- O Presidente de Mesa confirma não haver mais intervenções e passa a palavra ao Presidente do Conselho. -----

José Maria Costa: Refere que entende essa dificuldade até porque ele próprio também a sente, mas que as regras da Contabilidade da Administração Pública têm vindo a ser cada vez mais apertadas e não há como apresentá-las de outra forma. -----

No entanto, o que se poderá tentar aperfeiçoar, estando certo da colaboração dos serviços, é a elaboração do chamado "sumário executivo", em que se procure traduzir melhor alguns dos quadros mais importantes. -----

--- O Presidente de Mesa procedeu à votação do ponto 2.3, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. -----

--- O Presidente da Mesa passa ao ponto **2.4 – Revisão das Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2019**, e cede a palavra ao Presidente do Conselho Intermunicipal. -----

José Maria Costa – Refere ser o procedimento comum de incorporação dos saldos de gerência nas GOPO de 2019 para reforço e ajustes de rubricas, que resultam de recentes aprovações de candidaturas apresentadas ao Norte 2020, no âmbito do PROVERE e de acertos no âmbito de dos projetos MLEI e EURES. -----

--- O Presidente da Mesa abre o período de inscrições para discussão do ponto apresentado e não havendo inscrições, passou de imediato à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. **(Doc.5)** -----

--- O Presidente da Mesa passa ao ponto **2.5 – Ratificação dos Procedimentos de Caráter Plurianual de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2018**, cedendo a palavra ao Senhor Presidente da CIM. -----

José Maria Costa – Refere que é um conjunto de procedimentos que resultam de projetos que tiveram reflexos plurianuais e que, de acordo com a Lei do Compromissos, têm que ser apresentados à Assembleia Intermunicipal para ratificação **(Doc.6)** -----



— O Presidente da Mesa abre o período de inscrições para discussão do ponto apresentado e não havendo inscrições, passou à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

--- O Presidente da Mesa passa ao último ponto da Ordem de Trabalhos: **Período de Intervenção do Público**. Não havendo público na sala, passou à aprovação da Ata em Minuta, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -----

--- O Senhor Presidente da Mesa agradeceu a todos a sua presença e comunicou que foi consensualizado, na reunião de preparação das assembleias entre os intervenientes de cada um dos agrupamentos, que as próximas sessões da Assembleia da CIM Alto Minho serão efetuadas, preferencialmente, naqueles municípios onde ainda não foram efetuadas reuniões. -----

--- Os trabalhos foram encerrados pelas dezanove horas e trinta, dos quais, para constar, se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada no próximo plenário, será assinada pelos Membros da Mesa e por mim, Maria Emilia Bessa, que a redigi.-----

Caminha, 29 de abril de 2019. -----

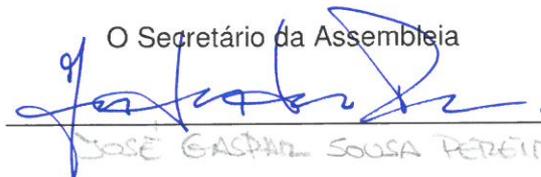
O Presidente da Assembleia

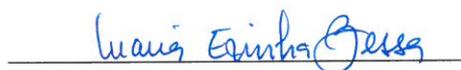

EDUARDO JORGE DO PAÇO VIANA

O Vice-Presidente da Assembleia


ABEL NUNES LOPES

O Secretário da Assembleia


JOSÉ GASPAR SOUSA PEREIRA



Maria Emília Bessa

